

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: uma análise a partir das relações comerciais no âmbito do MERCOSUL

Sessão Ordinária

Área especial 1: Integração Latino-americana

Érica Imbirussú de Azevedo¹

Gilca Garcia de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho discute a integração latino-americana, principalmente, através de suas relações comerciais. Colocam-se em evidência as economias que compõe o MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. Além, da interação com as principais economias parceiras: China, Estados Unidos e Europa. A verificação da constituição do processo de integração dos países que compõe a América latina, mais especificamente do MERCOSUL, se dá através das análises realizadas por Francisco de Oliveira (2006) e por Celso Furtado (2007). Uma avaliação quantitativa das relações comerciais foi feita por meio dos fluxos de importação e exportação do bloco econômico em relação às economias destacadas no período de 1995-2012. Desta forma, fica explícito o papel desta região no âmbito global, denotando a fragilidade e a vulnerabilidade desta, que reflete no processo de integração, tanto de forma mais ampla, se tratando da América Latina como um todo, quanto mais específica por meio do MERCOSUL.

Palavras chave: América Latina, integração, MERCOSUL, relações comerciais.

ABSTRACT

This essay discusses the Latin American integration, primarily through its commercial relations. Put in evidence the economies that make up MERCOSUL: Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay and Venezuela's recent insertion. In addition, the interaction with the main partner economies: China, United States and Europe. The verification of the constitution of the integration process of the countries that make up Latin America analyzes carried out by Francisco de Oliveira (2006) and Furtado (2007). A quantitative assessment of trade flows is through the import and export trade bloc economies highlighted in relation to the period from 1997 to 2011. Thus, it is explicitly the role of this region in the global context, showing the fragility and vulnerability of this, which reflects the fragile process of integration, much more broadly, the case of Latin America as a whole, the more specific through MERCOSUL.

Keywords: Latin America, integration, MERCOSUL, trade.

¹ Mestre em economia, membro do Grupo de Pesquisa Projeto Geografar e do Grupo de Economia Política e Desenvolvimento, ericaimbirussu@gmail.com.

² Professora do programa da pós-graduação em economia e de geografia da UFBA, Dr^a. em Economia Rural, membro do Grupo de Pesquisa Projeto Geografar e do Grupo de Economia Política e Desenvolvimento, gilca.oliveira@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é marcada historicamente por seu processo de colonização. Esta herança comum entre os países que compõe este espaço geográfico torna suas semelhanças tão grandes quanto suas peculiaridades. A formação do comércio nesta região se dá através das bases do padrão de reprodução do capital primário - exportador, que perdura até a segunda década do século XX. As disputas dentro do território das colônias entre as suas metrópoles, Portugal e Espanha, associado ao padrão de comércio estabelecido, de especialização em produtos primários, fizeram com que estas nações se tornassem não apenas competidoras comerciais, como também em outras áreas (FURTADO, 2007).

A configuração das forças produtivas desta região apresenta-se voltada para a lógica do colonizador. Dado que o desenvolvimento destas forças, dentro do capitalismo é entendido pelo grau de incremento da técnica, sua submissão, garante a permanência do atraso tecnológico. Esta é a estrutura que consolida, no discurso, a separação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. O processo de diversificação produtiva vem a ocorrer quando o contexto internacional permite, ou seja, após um período de desorganização produtiva causada pela crise de 1929.

A integração destes povos requer uma consciência latino-americana que, segundo Furtado (2007), é fenômeno recente decorrente dos novos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico e social da região a partir da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, que se insere a constituição, a evolução e o escopo de suas relações comerciais, que está balizada na divisão internacional do trabalho (DIT). E que com o avanço do modo de produção capitalista, através do chamado processo de globalização, ganhou novos contornos com a formação de blocos econômicos, da expansão das empresas transnacionais e das medidas estabelecidas no Consenso de Washington.

O atual estágio de integração na região pode ser verificado através das relações comerciais dos países que compõe o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a recém adesão da Venezuela. Além, da interação com as principais economias parceiras: China, Estados Unidos e Europa. A avaliação quantitativa é verificada pelos fluxos de importação e exportação do bloco econômico em relação às economias

destacados no período de 1995-2012. Embora o processo de integração signifique interações para além das relações puramente comerciais, pois englobam a cultura, as relações sociais e o respeito às diferenças entre as nações, neste trabalho verifica-se parte da relação econômica entre os países, com objetivo de análise da evolução do comércio como elemento integrador. O suporte teórico para compreensão deste processo é dado por Francisco de Oliveira (2006) e por Celso Furtado (2007).

Este estudo consta, além desta introdução, de mais três seções e das considerações finais. A primeira seção apresenta o histórico sobre o desenvolvimento da economia latino-americana; a segunda trata da criação dos blocos econômicos, sua proposta de integração no continente e destaca a influência dos recentes governos de esquerda eleitos na região e uma terceira seção apresentando os fluxos comerciais entre os países membros do MERCOSUL e seus principais parceiros, EUA, China e União Européia.

2. BASE ECONOMICA DA AMÉRICA LATINA

A colonização da América Latina pelos países da península ibérica e os desdobramentos causados por este processo, constituem um forte laço entre os países que formam esta região. O modelo de colônia estabelecido voltado para exploração das riquezas naturais da região e, por consequência, dos seus povos, teve por objetivo segundo Pires e Mendonça (2012), essencialmente a constituição de sistemas produtivos destinados a abastecer o mercado europeu com metais preciosos e produtos tropicais. E, para o alcance desse objetivo, dizimou parte expressiva da população local e de sua cultura e escravizou outra parte. Além, da significativa escravidão dos povos trazidos da África.

Neste período as relações comerciais eram reguladas pelo Pacto Colonial, estabelecendo a exclusividade da comercialização das colônias para com as suas respectivas metrópoles, o que implicava, de forma simplificada: comprar da Colônia ao menor preço; vender à Colônia pelo maior preço (PIRES E MENDONÇA, 2012). Se a Colônia desejasse comercializar com outros países, estes deveriam pagar impostos, que de tão altos, inviabilizavam o processo. O fim do Pacto Colonial se deu com o processo de independência das colônias e pelo processo de formação dos Estados Nacionais na primeira metade do século XIX, para atender às

demandas da revolução industrial que necessitavam de um livre comércio e da criação de um mercado consumidor.

No período que perdura até a segunda década do século XX inicia-se o período do padrão de reprodução do capital primário exportador na América Latina. O mercado externo mantém-se como motor da economia, através da exportação de produtos dos setores da agropecuária e da mineração. Este período apresenta uma estrutura produtiva heterogênea e de especialização produtiva, no qual, há um setor moderno integrado à exportação e desarticulado do resto da economia e um setor atrasado voltado à subsistência e ao abastecimento do mercado interno, a heterogeneidade estrutural.

O padrão se desenvolve de forma desigual. Os países do Cone Sul, (Argentina, Uruguai e Chile) se especializaram em couros, cereais e carne, o Brasil na plantação de café e o México em algodão, café, cobre e depois em minérios, gerando diferentes resultados nessas economias. Conforme observado na Tabela 1 que apresenta a taxa de concentração da produção em alguns países latino-americanos no ano de 1913, constata-se que a economia é bastante especializada, na qual, poucos produtos são responsáveis em média por mais de 60% da economia, o que denota alta vulnerabilidade externa.

TABELA 01 - Taxa de concentração dos principais produtos, em %, 1913

País	1º produto	%	2º produto	%	Total (%)
Argentina	Milho	22,5	Trigo	20,7	43,2
Bolívia	Estanho	72,3	Prata	4,3	76,6
Brasil	Café	62,3	Borracha	15,9	78,2
Chile	Nitratos	71,3	Cobre	7,0	78,3
México	Prata	30,3	Cobre	10,3	40,6
Peru	Cobre	22,0	Açúcar	15,4	37,4
Venezuela	Café	52,0	Cacau	21,4	73,4

Fonte: BULMER-TOMAS *apud* PIRES E MENDONÇA (2012).

Furtado (2007) assinala que o desenvolvimento tradicional, apoiado na expansão das exportações, transforma os países da região em economias, em grande medida, concorrentes. Assim, a forma tradicional de desenvolvimento, no quadro da divisão internacional do trabalho, surgido desde a época do Pacto Colonial e ampliado na primeira fase da Revolução Industrial, contribuiu para consolidar a fragmentação regional.

A América portuguesa, ou seja, o Brasil teve um processo pós-independência diferente daquele da América espanhola. Sendo que no primeiro caso, o país teve o desenvolvimento político sob uma forma de monarquia, de modo que, não apresenta significativas mudanças estruturais, já que o país se mantém sob o domínio português. Entretanto as demais nações da América Latina optaram pela república. Portanto, a independência deveria permitir a ascensão de uma burguesia mercantil, de idéias neoliberais, progressistas, no sentido *européizante*, mas prisioneira do *laissez-faire* (FURTADO, 2007). Entretanto, a diversidade da América espanhola possibilitou dois movimentos:

De um lado, surge uma burguesia europeizante, que pretende liquidar com decretos o passado pré-colombiano e colonial, e que busca integrar as distintas regiões nas correntes em expansão do comércio internacional; de outro, manifestam-se forças tendentes a romper as estruturas de dominação impostas pelo regime colonial e que visam integrar as massas indígenas no quadro político-social e definir uma personalidade cultural autônoma (FURTADO, 2007, p. 77).

O primeiro movimento predominou e ainda predomina sobre as nações latino-americanas _ há resistência para que o processo de integração se configure nos moldes de uma integração incluyente, autônoma que ganhe força no final do século XX e que se observe mudanças mais concretas na atualidade. Assim, no referido período, numa postura de afirmação da integração aos moldes do dominante, verifica-se que os Estados Nacionais mantiveram a subordinação às nações européias, que no contexto da primeira fase da revolução industrial, tem como liderança hegemônica a Inglaterra³:

Convém, entretanto observar que a penetração inglesa, nos primeiros decênios do século XIX, constituiu muito mais um elemento de desagregação da ordem social e econômica existente do que fator capaz de consolidar os novos Estados em formação. A presença inglesa assumiu essencialmente a forma de comércio importador: surgiam as casas importadoras, que difundiam as manufaturas européias, principalmente inglesas, modificando hábitos de consumo e acarretando a desagregação de atividades artesanais locais (FURTADO, 2007, p.80).

Forma-se uma nova configuração do bloco no poder, em que a elite burguesa consumidora da região se associa com a oligarquia dona das terras. A forma de dominação ganha uma nova

³ Na realidade, antes da independência os ingleses já controlavam boa parte do comércio legal entre a Espanha e suas colônias, e tinha lançado às costas América latina um caudaloso e persistente fluxo de mercadorias de contrabando (GALEANO, 2001, p.190).

nuance, criam-se necessidades de consumo e estrutura-se uma mudança de cultura. Do ponto de vista cultural acarreta perda da identidade local, o que vai moldando e se consolida no futuro, um modo de produção que tem um caráter universal e fortemente vinculado a estrutura comercial. Como consequência, ocorre a destruição do comércio local, déficit na balança de pagamentos que para manter o equilíbrio, demanda aquisição de empréstimos, que têm como credores os mesmos que realizavam a acumulação de capital na região. Tem-se a dominação da relação centro–periferia, em que o centro, detentor da técnica, fornece as manufaturas e a periferia participa como fornecedora de matérias primas. Esta constitui uma relação em que há uma deterioração dos termos de trocas para a periferia. O centro acumulando reservas líquidas se transformava em poderosos agentes financeiros (FURTADO, 2007).

Os países da Europa para que as suas mercadorias tivessem circulação de modo mais rápido e para viabilizar as exportações realizavam investimentos nas áreas de infraestrutura e na implantação de uma rede bancária, a princípio aos governos e depois via investimento estrangeiro direto (IED). Em 1890, da distribuição dos campos de colocação dos investimentos britânicos na América Latina, pode-se observar que pelo menos 50% representavam títulos e empréstimos ao governo, 45% eram aplicados na construção de infraestrutura, enquanto que uma proporção sempre inferior a 4% era aplicada na indústria (BRUIT, 1982).

A Tabela 2 mostra as exportações de mercadorias e de capitais britânicos para América do Sul, no período de 1860 a 1909 através de médias decenais. Observa-se que mesmo com oscilações há uma tendência do crescimento das exportações de capital e uma consequente redução das exportações de mercadorias.

TABELA 02 – Exportações de mercadorias e capitais britânicos para América do Sul (média decenal)

Ano (decênios)	Exportação Mercadorias (em milhares de libras)	Exportação de Capitais (em milhares de libras)	Exportação de Capitais %
1860-69	19.483	1.600 ¹	8,2
1890-79	23.555	7.400	31,4
1880-89	24.442	16.600	67,9
1890-99	25.133	7.800	31,0
1900-09	33.997	16.500	48,5
1910-19	66.222	16.000	24,2

Nota: 1 Período de 1865-1869

Fonte: BRUIT, 1982.

Os países latino-americanos enfrentaram grandes dificuldades para abrir linhas de comércio nos três ou quatro decênios que se seguiram às guerras de independência. Afora os metais preciosos e os couros e peles, nenhum outro produto encontrou condições favoráveis de mercado (FURTADO, 2007). O livre cambismo imperou como política econômica, com a pleitora de divisas estrangeiras, que ao mesmo tempo estrangulava a industrialização interna (OLIVEIRA, 2006).

Há um período de transição entre a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, neste período Furtado (2007, p.104-105) destaca três tendências de longo prazo na economia internacional:

- i) se observa uma tendência à redução do coeficiente de comércio exterior dos países industrializados. Essa tendência somente se modificaria novamente após a Segunda Guerra Mundial, já agora dentro de um novo quadro da economia internacional, no qual o comércio assumiria principalmente a forma de intercâmbio de produtos manufaturados entre os países industrializados.
- ii) uma persistente deterioração⁴ nos preços relativos dos produtos primários nos mercados internacionais. Esta era uma tendência que se observava no período anterior, e que se acentuaria a partir de 1913. A inelasticidade em curto prazo da oferta de produtos primários de origem agrícola e a rigidez das estruturas dos países especializados na exportação desses produtos viria somar-se a própria evolução tecnológica como fator responsável por essa tendência depressiva nos preços das matérias primas nos mercados internacionais.
- iii) uma persistente modificação na composição do comércio mundial, que só se manifesta após a Segunda Guerra Mundial. Nos três decênios anteriores ao primeiro grande conflito bélico, o quantum do comércio mundial de produtos primários cresceu a uma taxa similar à do comércio de produtos manufaturados. Nos dois decênios subsequentes, em razão do forte aumento das exportações de petróleo e do protecionismo que prevaleceu nos países industrializados, o quantum das exportações de produtos primários cresceu mais do que o das exportações de manufaturas. A modificação significativa somente se assinalou a partir dos anos 50. A situação em 1953 já era distinta de 1913, no que respeita à participação dos gêneros alimentícios e das manufaturas na composição do comércio mundial.

A Crise de 1929 representa um ponto de inflexão no modo como a relação centro–periferia se estabelece. Dada a desorganização do comércio global pela conjuntura de guerras e de crise, cria-se uma necessidade de produção para abastecimento do mercado interno, provocada pela dificuldade de importação e redução dos investimentos diretos. O contexto internacional possibilitou que, pela primeira vez, a economia latino-americana tivesse um projeto nacional

⁴ Esta tendência a deterioração nos termos de trocas deixa de se apresentar o início do século XIX.

de desenvolvimento voltado para o mercado interno e que fornecesse as condições de superar o padrão de acumulação primário exportador. As transformações políticas e sociais oriundas da crise formam um novo “bloco no poder” que viabiliza a industrialização,

Este novo bloco incorpora uma burguesia industrial nascente e amplos setores populares que se beneficiaram com o novo modelo. Não resulta, de modo acidental, que a transição para o novo modelo tenha coincidido com a ascensão ao poder de regimes progressistas, como Lázaro Cárdenas no México (1934-1940), J. D. Perón na Argentina (1946-1955) e Getúlio Vargas (1930-1954) no Brasil. A estrutura social se alterou substancialmente, crescendo de forma acelerada a classe operária, assim como, os assalariados e a "classe média" urbana (GUILLÉN, 2010).

Um novo padrão de reprodução do capital é estabelecido na América Latina de 1930 a 1982, o industrial, conhecido como o processo de substituição de importação, este constitui uma estratégia de desenvolvimento. Este período está dividido em duas etapas, a primeira internalizada e autônoma, tida pelos estruturalistas como “substituição fácil”, ocorre de 1930 até meados dos anos 1950 e a segunda etapa, conhecida como “substituição difícil”, caracterizada pela integração do capital estrangeiro que se encerra com a ascensão das políticas neoliberais e a crise da dívida na década de 1980.

A industrialização que antes da crise de 1929 era induzida pela expansão das exportações e passa a ser induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente deste setor. Destaca-se que as implicações na região acontecem de forma diversificada, países como a Venezuela, o Peru e os da América Central constituem uma exceção dado o crescimento das exportações no período pós crise. Países como a Argentina, o Brasil e o México já apresentavam sinais de esgotamento quanto à industrialização puxada pelas exportações (FURTADO, 2007)

A primeira etapa caracterizou-se pela produção de bens não duráveis, a exemplo de alimentos e bebidas, que fazem uso de técnicas de produção simples, o que configura uma limitação. Esta se encontra apoiada na demanda pré-existente dada a restrição de importação, que apresenta uma queda de seu coeficiente devido ao contexto internacional. O desenvolvimento da industrialização gera um aumento da renda reforçando a necessidade da substituição de importação.

O Estado, neste período, tem papel central como promotor do desenvolvimento, principalmente, através de políticas intervencionistas como: desvalorização da moeda e alto investimento nacional. Esta etapa consegue manter o equilíbrio na balança de pagamentos e ainda cobre as dívidas do período anterior (GUILLÉN, 2010).

A segunda etapa se desenvolve com a produção de bens de consumo duráveis, a exemplo dos eletrodomésticos e automóveis. Não se tratava de uma substituição de importações propriamente dita, como na primeira etapa, mas sim de uma descentralização das atividades. Entretanto, a periferia do sistema, mesmo com início do processo de base nacional, não alcançou a acumulação de capital e um sistema de produção coerente e integrado. A tecnologia não desenvolveu o suficiente e se foram mantidas as características de heterogeneidade estrutural.

Embora esta fase continue voltada para o mercado interno, houve investimentos estrangeiros, sobretudo, norte americanos. Assim, as transnacionais capitalizaram o desenvolvimento do mercado interno e se apoderaram das atividades mais dinâmicas, com a internacionalização do mercado interno. Fato que debilitou a condução nacional do processo, limitando o campo de ação do governo, passando a ter decisões subordinadas ao comando externo. Este fato significou simultaneamente uma integração transnacional e uma desintegração nacional. Portanto o governo deixa de ser central na tomada de decisão para depender fundamentalmente das decisões externas.

Esta segunda etapa finda com um aumento da concentração de renda, desequilíbrios externos, deterioração dos termos de trocas e aumento da dívida. Neste contexto que emergem as políticas neoliberais. Há uma mudança na composição das importações, na diversificação produtiva e a vulnerabilidade as crises diminui. Mas, não há mudanças no papel que a economia latino americana tem na DIT. Ou seja, a dependência desta pelo centro se mantém e com ela a necessidade de uma integração voltada para o atendimento das necessidades políticas, econômicas e sociais da região.

3. BLOCOS REGIONAIS: UMA VIA DE INTEGRAÇÃO?

A conjuntura de conflitos associada à crise de 1929 permitiu uma reconfiguração das relações produtivas na América Latina e, por consequência, na DIT, com poucas mudanças em sua base de formação. Segundo Oliveira (2006) o próprio problema da integração só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-la existem ou estão em vias de existir. Portanto, verificam-se condições favoráveis a competitividade internacional para a região periférica, o que provoca, na América Latina, a possibilidade de vislumbrar um processo de integração.

A formação de blocos regionais pode ser vista sob duas perspectivas, uma puramente econômica, na perspectiva ditada pelos organismos internacionais, a exemplo, do Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que visam o funcionamento da liberalização do comércio, mantendo as mesmas relações de submissão e sem expectativa real de superação da condição de subdesenvolvimento. Ou numa perspectiva para além das relações econômicas, incluindo as questões sociais e culturais, buscando uma consciência coletiva nas especificidades e nas semelhanças de cada nação.

Num contexto de integração, as formas de lidar com as diferenças devem ter destaque para que estas não sejam exacerbadas impossibilitando sua consolidação de modo mais abrangente. No conjunto de países que formam a América Latina deve-se dar atenção a grande diversidade cultural que se faz presente num território de dimensões geográficas longitudinais.

O Brasil merece destaque, pois suas diferenças se tornam maiores quando o comparamos com as demais nações da América Latina, tanto por questões culturais, quanto por questões econômicas. Quanto à cultura, Oliveira (2006) faz algumas considerações em relação ao país ser o único de língua portuguesa, ao seu herói da independência, que é membro da coroa portuguesa, enquanto que boa parte dos países da América do Sul tem como heróis, Bolívar, San Martín, O'Higgins e Miranda que lutaram pela independência de seus países. Ainda, em relação às diferentes culturas autóctones, os índios brasileiros são chamados de “selvagens”, o que não acontece com os países de herança cultural pré-colombiana com seus impérios e seus líderes. Ele ainda afirma que:

Não há, entre brasileiros e outras nacionalidades da América Latina, um “paraíso perdido” comum que lastrei e caucione esforços de recuperação e resgate de experiências históricas interrompidas e fraudadas pela colonização ibérica (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Além deste afastamento cultural, o atual posicionamento do Brasil de 6ª economia mundial e de principal economia regional, faz com que as demais nações da América Latina questionem o papel que o País terá neste processo de integração. Qual é o papel do Brasil neste processo, o de um agente integrador ou dominador? Embora seja questionada a postura que o Brasil toma num processo de integração, já que pela sua economia, acaba por ter maiores ganhos na balança comercial em relação aos demais países latino-americanos, observa-se que o país exerce o papel de líder em algumas conjunturas, não tendo, entretanto, um projeto de fato de dominação (OLIVEIRA, 2006).

Fica evidente a falta de laços culturais. Todavia, a integração desta região está estreitamente vinculada à possibilidade de superação do atraso, portanto, aos traços que a tornam uma unidade. Assim, o processo de integração deve ser voltado para o conjunto dos Estados Nacionais e suas populações, não para o interesse unilateral. Nem mesmo para perpetuar a relação de dominação que as nações desenvolvidas exercem historicamente na região. De modo que, dada as necessidades da região associada ao contexto internacional, faz com que

A questão de complementaridade surja no rasto dos esforços de industrialização induzidas pela crise, a chamada, às vezes, impropriamente, “industrialização substitutiva de importação”. O tamanho dos mercados nacionais para a segunda revolução industrial indicava fortes limites para a adoção de escalas cuja produtividade ensejasse um processo de reprodução autossustentável (OLIVEIRA 2006, p.30, 31).

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 como órgão fomentador da integração da região com o objetivo de superar o atraso através de mudanças estruturais, e que via na industrialização o meio para alcançar este objetivo. Segundo Eduardo Valdés, à época de formação da CEPAL, a América Latina vivia a intensificação de um movimento ideológico, caracterizado por uma dualidade entre a afirmação da identidade latino-americana e o desejo de inserção na modernidade materializada no paradigma das sociedades industriais na Europa e nos Estados Unidos (PIRES E MENDONÇA, 2012).

A primeira experiência de integração via blocos econômicos ocorreu na Europa, numa conjuntura da região devastada pós a Segunda Guerra Mundial como uma forma de reestruturação. Este tipo de integração se tornou uma tendência no comércio internacional de forma mais abrangente, a partir da década de 1980, através do chamado processo de globalização.

Com o apoio da CEPAL e inspirado no modelo europeu, a primeira tentativa de integração na América Latina via criação de bloco econômico ocorreu em 1960, através do tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Os países membros signatários foram: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Peru e Paraguai. Oito anos após a assinatura, todos os países da América do Sul e o México faziam parte da ALALC. Furtado (2007, p.361-362) destaca que,

[...] o tratado está duplamente concebido dentro do espírito do GATT: pelo seu objetivo, que é liberalizar o intercâmbio na área, não propriamente formar uma união aduaneira, e pelos seus processos operacionais, que consistem em negociações bilaterais produto por produto, excluindo os esquemas de liberalização automática e linear que caracterizam o desenvolvimento da Associação de Livre-Comércio Européia e a Comunidade Econômica Européia. O referido tratado constitui muito mais uma resposta a problemas meridionais do que propriamente uma abertura no sentido de estruturar em bases novas as relações econômicas entre os países da região.

Os países membros apresentavam uma lista comum de produtos que até 1973 deveriam fazer parte do livre-comércio. Entretanto não havia um planejamento destes países membros para listar os produtos prioritários e cabe destacar que em sua maioria eram produtos primários, ou seja, não havia uma estratégia que refletisse os interesses de cada nação.

Segundo Oliveira (2006) com a ALALC melhorou muito o comércio inter-regional, e algumas iniciativas apontavam para políticas setoriais de integração. Entretanto, não foi o suficiente para chegar a formar um mercado comum e na década de 1970 uma nova versão do tratado de Montevideu foi assinada, substituindo a ALALC pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Furtado (2007) assinala que a falta de êxito da ALAC possibilitou um novo caminho de sub-regionalização. Forma-se o Grupo Andino em 1969, assim denominado pela ligação dos países constituintes com a cordilheira dos Andes, sendo eles: Chile e Peru.

A experiência anterior na América Latina também contribuiu para formação do MERCOSUL, que foi influenciada principalmente pela União Européia (GABRICCI, 1994).

A tentativa da criação de um bloco regional a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com objetivo de eliminação das barreiras alfandegárias para 34 países do continente americano, exceto Cuba. Esta proposta foi elaborada pelo governo dos EUA em 1994 durante a cúpula das Américas (BRASIL, 2014). A formação da ALCA deveria a princípio ser constituída até 2005, no entanto, vem sendo adiada dada a divergência de interesses entre as nações, principalmente quanto a ser mais desfavorável à América Latina, e mais benéfica aos interesses de dominação dos EUA.

No período atual, um elemento de integração importante e que possibilita uma característica ao processo voltado para os elementos internos à região e, por conseguinte, contrário aos interesses estadunidense são os resultados recentes das eleições na região. A partir de 1998 com a vitória eleitoral de Hugo Chaves, na Venezuela, inicia-se o que alguns autores chamam de “giro à esquerda” (FIORI, 2013). Este é um movimento que se inicia com a constituição de um grupo supranacional que busca de forma pensada e articulada a mudança de postura dos países da região para pensar em um processo de integração includente, no qual Cuba até então representava o único país de governo de esquerda. Verificam-se no Quadro 1 o histórico atual dos governos de esquerda na América Latina:

Quadro 1 – Governos de esquerda recente na América Latina

	PAÍS	PERÍODO	PRESIDENTE
1	Venezuela	1999-2001	Hugo Chávez
		2001-2007	Hugo Chávez
		2007-2013	Hugo Chávez
		2013-	Nicolás Maduro
2	Guiana	1999-2011	Baharreth Jagdeo
		2011-	Donald Ramotar
3	Chile	2000-2006	Ricardo Lagos
		2006-2010	Michelle Bachelet
		2014-	Michelle Bachelet
4	Suriname	2000-2010	Ronald Venetiaan
		2010-	Desi Bouterse
5	Equador	2003-2005	Lucio Gutiérrez
		2007-2013	Rafael Correa

		2013-	Rafael Correa
6	Brasil	2003-2006	Luiz Inácio Lula da Silva
		2006-2010	Luiz Inácio Lula da Silva
		2010-	Dilma Rousseff
7	Argentina	2003-2007	Nestór Kirchner
		2007-2011	Cristina Kirchner
		2011-	Cristina Kirchner
8	Uruguai	2005-2010	Tabaré Vázquez
		2010-	José Mujica
9	Peru	2006-2010	Alan Garcia
		2011-	Ollanta Humala
10	Bolívia	2006-	Evo Morales
11	Paraguai	2008-	Fernando Lugo

Autor: Elaboração própria

Assim, verifica-se que atualmente na América Latina, após a posse da presidente do Chile, no dia 12 de março de 2014, a região apresenta 12 governos de esquerda. Além dos destacados no Quadro 1, o governo cubano que tem desde 2008 como seu presidente Raul Castro. Ao longo destes 16 anos, dos países que passaram a ser governados pela esquerda, apenas, no Chile em 2010-2014 e no Equador em 2005-2007 que a direita teve vitória da direita nas urnas (FIORI, 2013). Porém em ambos, a esquerda conseguiu recuperar o governo. Este ano será de eleições no Brasil e a permanência ou não do governo da presidente Dilma Rousseff é um indicador da força destes governos na região, o que pode configurar numa aliança na região em busca da promoção da integração incluyente.

No período atual dados os acontecimentos na Venezuela, no início de 2014, vislumbra-se uma possibilidade de tentativa de golpe de Estado, que pelo histórico da América Latina de apoio dos Estados Unidos aos golpes militares na região não seria surpreendente e nem a primeira vez no País. Já que ocorreu em abril de 2002 uma tentativa de golpe de Estado com apoio dos EUA, mais conhecido como Puente Llaguno (DE OLIVEIRA 2013). Portanto, os atuais acontecimentos na Venezuela remete a uma nova tentativa de golpe, cujo objetivo seria o enfraquecimento deste “giro à esquerda” na região, de modo, que também interfira na influencia do MERCOSUL. Para ter maior influencia para formação da ALCA, bloco regional de maior influencia dos EUA, ampliando os ganhos comerciais na região, inviabilizando a integração de forma ampla com respeito as peculiaridades de cada nação e mantendo sob seu domínio a influencia do bloco.

4. INTEGRAÇÃO VIA FLUXOS COMERCIAIS: MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado através do Tratado de Assunção, em 1990, e formalizado através da aprovação do Tratado de Ouro Preto, em dezembro de 1994, que estabelece a estrutura institucional e o dota de personalidade jurídica internacional. Deste modo, que se inicia o processo de integração através da união aduaneira, que tem como países signatários: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Busca-se através desta integração acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social nestes países. Além de um esforço progressivo de integração da América Latina, assim reafirmando os interesses do Tratado de Montevideu (MERCOSUL, 2013).

O MERCOSUL constitui um bloco aberto que, apenas em 2012, passa a ter um quinto membro, a Venezuela⁵. Entretanto, estabelece relações com outros países do cone sul como Estados Associados como: a Bolívia⁶ e o Chile, desde 1996; o Peru desde 2003, a Colômbia e o Equador, desde 2004; além destes, a Guiana e o Suriname tem o direito de participar das reuniões a partir de 2012 (MERCOSUL, 2013).

As relações comerciais de exportação e importação no período de 1995-2012 entre os países signatários do MERCOSUL, assim como dos seus principais parceiros, EUA, China e União Europeia e o grau de intensidade tecnológica destas podem ser verificadas nas tabelas 03-08.

Verifica-se na Tabela 03 que no início do processo de integração do MERCOSUL, primeiro ano da efetiva união aduaneira, em 1995, o maior percentual de exportação intrabloco advinha da Argentina, com US\$ 6.778,2 (47%) do total exportado sendo o único país com saldo na balança comercial positiva, sendo que este percentual representava 32% de suas exportações globais. O Brasil apresentava o segundo maior volume de produto exportado US\$6.152,8 com cerca de 43%, entretanto com baixa participação de seus fluxos comerciais, apenas 13%. O Paraguai participava na relação intrabloco com US\$ 491,9 (3%) dos 54% das exportações globais e o Uruguai tinha 992,1 (7%) das exportações dos 47% de seus fluxos totais.

⁵ Neste estudo será verificado os fluxos comerciais dos países signatários do MERCOSUL para que se tenha uma melhor consistência da análise.

⁶ A Bolívia esta em processo de adesão ao MERCOSUL desde dezembro de 2012.

Verifica-se que o percentual intrabloco as economias da Argentina e do Brasil apresentavam um valor exportado muito acima dos outros países membros, uma vez que, Uruguai e Paraguai somavam juntos 10% dos fluxos com uma alta dependência das relações com o bloco. Embora a Argentina tenha sido a única com saldo positivo na balança comercial intrabloco, também apresentava grau de dependência elevado. Enquanto o Brasil com uma participação semelhante tinha menor grau de dependência.

TABELA 03 – Exportações para o MERCOSUL e o mundo, valores em milhões de dolares, 1995

Origem Destino	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL	Mundo		saldo no MERCOSUL
					A	B	A/B	
Argentina		5.484,1	631,3	662,8	6.778,2	20.962,6	32%	2.387,8
Brasil	4.041,1		1.300,7	811,0	6.152,8	46.504,9	13%	-421,6
Paraguai	82,3	390,3		19,3	491,9	919,3	54%	-1465,1
Uruguai	267,1	700,1	24,9		992,1	2.106,2	47%	-501,1
Total	4.390,5	6574,4	1.956,9	1.493,1	14.415,0	70.493,0		

Fonte: UNCTAD, 2013.

A tabela 04 mostra as exportações intrabloco por setor no ano de 1995. Argentina com US\$ 3513,0 (52%) das exportações no setor primário e US\$3264,8 (48%) no setor secundário. Destes, 619,3 19% intensivo em mão de obra, 147,0 5% com baixa intensidade tecnológica, 1.708,7 (52%) com média intensidade tecnológica e 789,0 (24%) de alta intensidade tecnológica. O Brasil apresentava US\$ 1.210,7 (20%) das exportações no setor primário e US\$ 4.922,8 80% no setor secundário. Destes, US\$ 795,8 (16%) intensivos em mão de obra, US\$6.75,1 (14%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 2.304,0 (47%) com média intensidade tecnológica e US\$ 1.147,9 (23%) de alta intensidade tecnológica. O Paraguai contribuiu com US\$ 429,8 (87%) das exportações no setor primário e US\$ 62,0 13% no setor secundário. Destes, US\$ 41,7 (67%) intensivos em mão de obra, US\$ 6,6 (11%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 5,6 (9%) com média intensidade tecnológica e US\$ 8,2 (13%) de alta intensidade tecnológica. O Uruguai participava com cerca de US\$12,9 (43%) das exportações no setor primário e US\$ 17,3 (57%) no setor secundário. Destes, US\$6,0 (35%) intensivos em mão de obra, US\$1,0 (6%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 4,2 (24) , com média intensidade tecnológica e US\$6,1 (35%) de alta intensidade tecnológica.

Os dados da tabela 04 evidenciam o baixo grau de desenvolvimento tecnológico dos países membros do MERCOSUL. O Brasil destacava-se nas exportações intrabloco com percentual

elevado em produtos secundários, mas quando separamos por intensidade tecnológica, poucos eram de alta intensidade tecnológica. O Paraguai apresentava a pior distribuição, quase 90% dos produtos eram do setor primário e grande parte dos produtos do setor secundário eram intensivos em mão de obra.

TABELA 04 – Exportações intrabloco por setor e intensidade tecnológica, valores em milhões de dólares, 1995

	Total de exportação	Primário	Secundário	Intensivo em mão de obra	Baixa intensidade tecnológica	Média intensidade tecnológica	Alta intensidade tecnológica
Argentina	6.777,8	3.513,0	3.264,8	619,3	147,0	1.708,7	789,0
Brasil	6.133,5	1.210,7	4.922,8	795,8	6.715,1	2.304,0	1.147,9
Paraguai	491,8	429,8	62,0	41,7	6,6	5,6	8,2
Uruguai	30,2	12,9	17,3	6,0	1,0	4,2	6,1

Fonte: UNCTAD, 2013

Pode ser observado na tabela 05 as principais economias que negociavam com o MERCOSUL em 1995. A União Européia (UE) apresentava o maior percentual comparado ao resto do mundo US\$ 23.934,2 (26,9%), os EUA US\$ 21.358,0 (24,0%) e a China US\$1.257,7 (1,4%), denotando uma baixa participação da economia chinesa neste momento. Quando comparados a exportação por intensidade tecnológica, os EUA e a UE cerca de 85% em produtos de média e alta intensidade tecnológica e a China 56%.

TABELA 05 – Exportações da China, EUA, EU, Mundo para o MERCOSUL por setor e intensidade tecnológica, valores em milhões de dólares, 1995

	Total de exportação	Primário	Secundário	Intensivo em mão de obra	Baixa intensidade tecnológica	Média intensidade tecnológica	Alta intensidade tecnológica
China	1.257,7	96,5	1.161,2	361,7	143,8	336,7	319,0
EUA	21.358,0	2.727,2	18.630,8	936,7	812,2	6.713,9	10.168,0
UE	23.934,2	2.967,3	20.966,8	1.518,9	1.346,9	11.560,9	6.540,2
Mundo	89.137,1	20.877,0	68.260,1	7.521,9	4.732,8	29.446,1	26.558,2

Fonte: UNCTAD, 2013

A tabela 06 apresenta como está o processo de integração do MERCOSUL no ano de 2012, ou seja, 16 anos depois da união aduaneira. A posição de maior percentual de exportação intrabloco que era da Argentina, foi invertida com o Brasil. No entanto, não se apresentam grandes diferenças. . O Brasil participa agora com US\$ 22.801,5 (47 %) do total exportado e a Argentina com US\$ 19.842,7 (41%). Ambas economias apresentam saldo positivo na

balança comercial. O Paraguai participa na relação intrabloco com US\$3.161,0 (7 %) e Uruguai com US\$2.339,6 5%. Em relação às exportações globais, o Brasil mantém menor grau de dependência da relação intrabloco com 9% e um volume bruto quase 3 vezes maior do que o da Argentina que participa com 25%. O Paraguai e Uruguai apresentam déficit na balança comercial e participam respectivamente com 43% e 27%.

As economias da Argentina e do Brasil se mantêm ao longo dos anos com um valor exportado muito acima dos demais países membros _ Uruguai e Paraguai_ que juntos somam 12% dos fluxos. O Uruguai mantém uma alta dependência das relações com o bloco, enquanto os demais reduziram. Entretanto o volume exportado cresceu quase 400% neste período.

TABELA 06 – Exportações para o MERCOSUL e o Mundo, valores em milhões de dólares, 2012

Origem Destino	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL	Mundo		Saldo MERCOSUL
						A	B	
Argentina		16.495,0	1.365,2	1.982,5	19.842,7	80.927,1	25%	550,7
Brasil	17.997,7		2.617,5	2.186,3	22.801,5	242.579,7	9%	2.939,0
Paraguai	789,7	1.678,7		692,5	3.161,0	7.271,3	43%	-968,0
Uruguai	504,6	1.688,8	146,2		2.339,6	8.743,1	27%	-2521,8
Total	19.292,0	19.862,5	4.129,0	4.861,4	48.144,9	339.521,3		

Fonte: UNCTAD, 2013.

A tabela 07 mostra as exportações intrabloco por setor no ano de 2012. Argentina tem cerca de US\$6.823,3 (34%) das exportações no setor primário e US\$ 13.018,1 (66%) no setor secundário. Destes, US\$648,4 (5%) intensivos em mão de obra, US\$ 686,0 (5%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 8.840,4 (68%) com média intensidade tecnológica e US\$ 2.843,2 (22%) de alta intensidade tecnológica. O Brasil com US\$ 4.180,6 (18%) das exportações no setor primário e US\$ 18.603,7 (82%) no setor secundário. Destes, US\$ 1.851,9 (10%) intensivos em mão de obra, US\$ 1.944,9 (10%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 11.168,5 (60%) com média intensidade tecnológica e US\$ 3.638,4 (20%) de alta intensidade tecnológica. O Paraguai possui US\$2.641,5 (84%) das exportações no setor primário e US\$ 516,8 (16%) no setor secundário. Destes, US\$ 296,3 (57%) intensivos em mão de obra, US\$ 5,9 (1%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 74,2 (14%) com média intensidade tecnológica e US\$140,4 (27%) de alta intensidade tecnológica. O Uruguai apresenta cerca de US\$1.103,2 (47%) das exportações no setor primário e US\$1.235,2 (57%) no setor secundário. Destes, US\$ 268,7 (22%) intensivos em mão de obra, US\$79,4 (

6%) com baixa intensidade tecnológica, US\$ 489,8 (40%) com média intensidade tecnológica e US\$ 397,3 (32%) de alta intensidade tecnológica.

Verifica-se através dos dados da tabela 07 que o MERCOSUL mantém um baixo grau de desenvolvimento tecnológico, expressando o próprio perfil de seus países membros. O Brasil destaca-se nas exportações intrabloco com percentual elevado em produtos secundários, maior valor bruto e percentual de exportação de alta intensidade tecnológica. O Paraguai mantém a pior distribuição, quase 85% dos produtos são do setor primário e grande parte dos produtos do setor secundário são intensivos em mão de obra.

TABELA 07 – Exportações intrabloco por setor e intensidade tecnológica, valores em milhões de dólares , 2012

	Total de exportação	Primário	Secundário	Intensivo em mão de obra	Baixa intensidade tecnologica	Média intensidade tecnologica	Alta intensidade tecnologica
Argentina	19.841,4	6.823,3	13.018,1	648,4	686,0	8.840,4	2.843,2
Brasil	22.784,3	4.180,6	18.603,7	1.851,9	1.944,9	11.168,5	3.638,4
Paraguai	3.158,3	2.641,5	516,8	296,3	5,9	74,2	140,4
Uruguai	2.338,5	1.103,2	1.235,2	268,7	79,4	489,8	397,3

Fonte: UNCTAD, 2013

Conforme observado na tabela 08 e comparando com a tabela 05 verifica-se uma mudança no cenário. A China que apresentava uma participação pouco expressiva, passa a disputar em igualdade com os EUA e a UE, com US\$ 54.689,1 (14,5%) das exportações globais para o MERCOSUL, os EUA com US\$ 67.597,3 (17,9%) e a U.E US\$ 71.314,4 (18,9%). Também há um aumento em relação aos produtos de média e alta intensidade tecnológica, sendo: a China com US\$ 17.652,7 (66,7%), os EUA com US\$ 28.418,1 (91,9%) e a UE com US\$ 23.338,6 (85,8%).

TABELA 08 – Exportações da China, EUA, EU, Mundo para o MERCOSUL por setor e intensidade tecnológica, valores em milhões de dólares, 2012

	Total de exportação	Primário	Secundário	Intensivo em mão de obra	Baixa intensidade tecnologica	Média intensidade tecnologica	Alta intensidade tecnologica
China	54.689,1	1.592,3	53.096,8	10.088,8	7.066,8	18.288,5	17.652,7
EUA	67.597,3	16.982,0	50.615,4	1.316,2	2.781,1	18.100,0	28.418,1
U.E	71.314,4	9.195,4	62.119,0	3.213,9	5.598,3	29.968,2	23.338,6
Mundo	378.042,8	98.285,1	279.757,7	27.100,9	26.571,6	117.102,3	109.052,7

Fonte: UNCTAD, 2013

Deste modo, ao observar as relações comerciais como elemento integrador da região, tem-se a percepção de que o comércio na região aumentou o fluxo intrabloco. Mas esta intensidade de trocas comerciais não possibilita qualificar o tipo de integração que se configura, uma vez que esta análise está restrita ao âmbito econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina está intimamente ligada por uma herança histórica que ainda marca as suas relações culturais e produtivas. Tem-se uma elite que se mantém no poder e ainda não questionou a dominação implícita e/ou explícita que as grandes potências globais têm sobre a região, uma vez que, se misturam se identificam com as mesmas. Assim, tem-se por um lado o bloco no poder que pensa numa integração voltada basicamente para intensificação das relações comerciais, sem importar com as questões culturais e sociais e também sem uma estratégia para incentivo e fortalecimento de seu setor produtivo. E outra integração é vislumbrada por um grupo que visa romper com o processo de subordinação da região e agregar a pluralidade de culturas valorizando a identidade local.

As primeiras tentativas de criação de blocos regionais se deram por meio de união aduaneira, ou seja, de natureza apenas econômica e baseada nas deliberações dos organismos internacionais sem apresentarem nenhum planejamento nem estratégia que respeitasse as peculiaridades e interesses de cada país, ou seja, restrito a relações comerciais. Busca-se, reiteradamente, uma consciência latino americana que promova a integração de forma ampla, respeitando as diferenças entre as nações que a compõe. O Brasil tem papel de destaque como liderança neste processo de integração, mesmo que para alguns, ele apareça num cenário de subimperialismo. Há uma nítida oposição à formação da ALCA como modelo como modelo de submissão aos interesses dos Estados Unidos perdendo sua identidade Latina.

Os resultados das recentes eleições _ “giro à esquerda” _ são elementos relevantes para se pensar a região num contexto de integração rompendo com a subordinação ao centro dinâmico do capitalismo.

Na esfera produtiva a região passa de uma subordinação do modo primário exportador, no qual era fornecedor de mão de obra e importava bens manufaturados, para uma situação de

dependência tecnológica, em que as nações ainda não passaram pela terceira revolução industrial e se tornam fornecedores de bens intensivos em mão de obra e com baixa intensidade tecnológica.

A constituição do MERCOSUL passa por pretensões de uma integração mais ampla. Desde de o início da união aduaneira até os dias atuais houve um significativo aumento no volume dos fluxos comerciais. Tem-se na relação intrabloco uma clara evidência da diferença do grau de desenvolvimento dos países membros. Destacando o Brasil com maior volume de fluxos e com maior valor bruto de produtos de alta intensidade tecnológica e uma menor dependência do bloco. Seguido da Argentina que estabelece uma certa disputa pela liderança do bloco. Enquanto o Paraguai e o Uruguai apresentam grau de desenvolvimento tecnológico muito inferior e maior dependência das relações comerciais.

Tem-se uma nova configuração desde a criação do MERCOSUL, principalmente em relação aos seus parceiros comerciais extrabloco. A China passa a ter grande relevância na atual conjuntura e disputa o mercado Latino Americano com os EUA e a UE

No momento em que a América Latina vivencia um fato histórico na região do “giro à esquerda” deve-se destacar, que os estes atuais governos parecem buscar uma integração para além do econômico e que rompa com o nexu colonial.

5. REFERENCIA

BRASIL. Área de Livre Comercio das Américas. In <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm>>. Acessado, Fev. 2014.

BRUIT, Hector. *Acumulação capitalista na América Latina*. Ed. Brasiliense, 1982.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

COMUNIDADE ANDINA. Portal da comunidade andina. In<[HTTP://www.comunidadeandina.org](http://www.comunidadeandina.org)>. Acessado, fev, 2014.

DE OLIVEIRA, Renata. Venezuela, Estados Unidos e Colômbia: Entre crises diplomáticas e uma forte interdependência econômica. Revista Andina de

Estudios Políticos. Vol. III, N° 1, 17-32, 2013.

FIORI, J. Luís. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42), 2013.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2001.

UNCTAD. *Dados de exportação, importação por tipo e intensidade tecnológica da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, MERCOSUL, China, Estados Unidos e União Européia*.

In http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sRF_ActivePath=p,15912&sRF_Expanded=p,15912. 2013.

GABRICCI, Leonello. A integração européia. In: PLÁ. Juan Algoratá, O MERCOSUL E A Comunidade Européia: uma abordagem comparativa. Porto Alegre, Edurfgs/ Guethe, 1994.

GUILLÉN, Arturo. *Modelos de desarrollo y estrategias alternativas en América Latina*. In: CORREA, E.; PALAZUELOS, A.; DÉNIZ, J.; América Latina y desarrollo económico. Estructura, inserción externa y sociedade. Ed. Akal, 2010. p. 15-42.

MERCOSUL. Tratados e protocolos. In: < <http://www.mercosul.gov.br/normativa/tratados-e-protocolos/> > . Acessado, out, 2013.

MENDONÇA, Marina; PIRES, Marcos Cordeiro (Orgs). *Formação econômica da América Latina*. Ed. LCTE Editora, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Fronteiras Invisíveis*. In: NOVAES, Adulito (org). *Oito visões da América Latina*. Ed. Senac, São Paulo, 2006. p. 23-48.